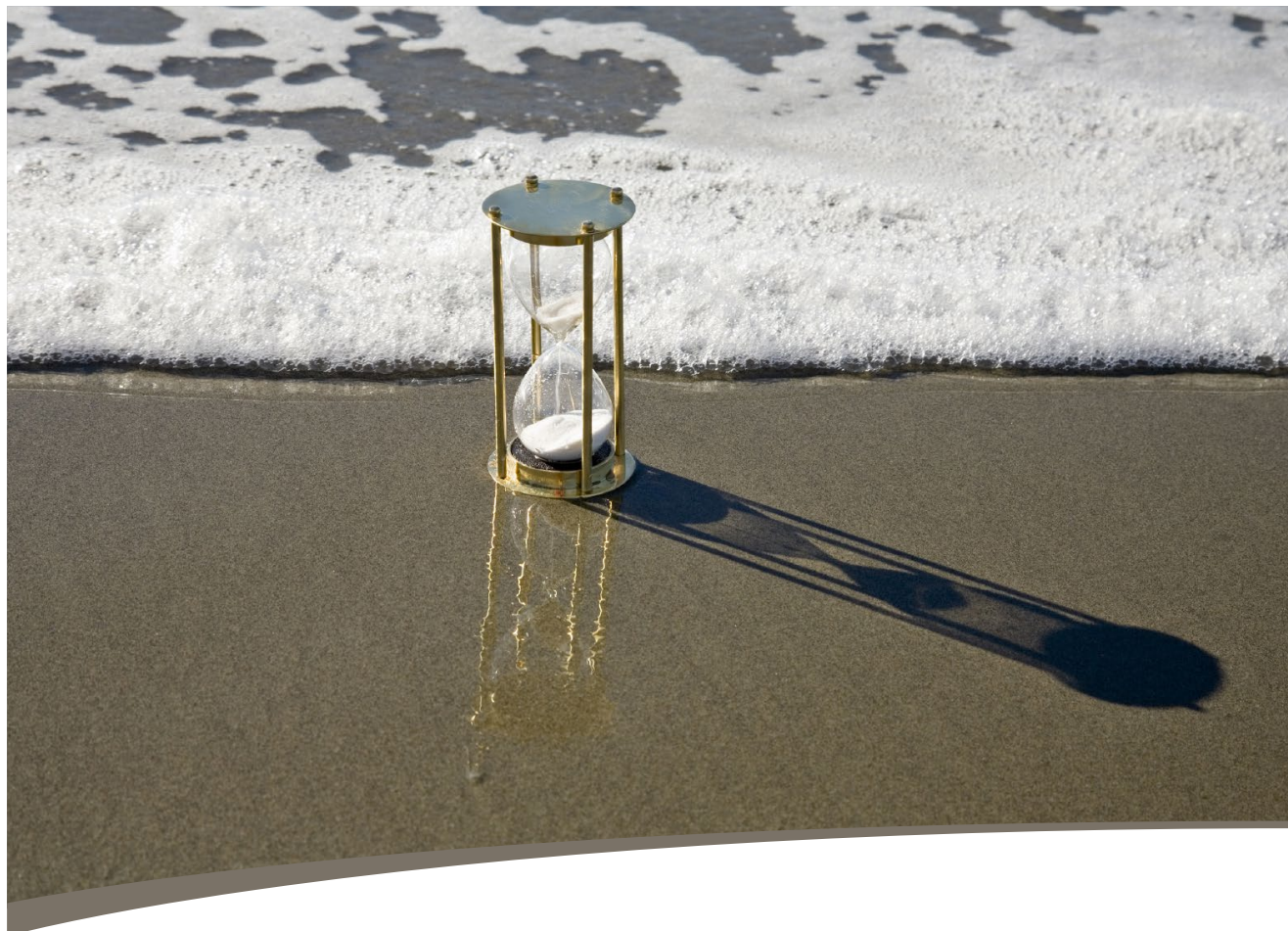


BRIDGES NETWORK

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável

VOLUME 10, NÚMERO 9 - NOVEMBRO 2014



COP de Lima: remando contra a maré?

MITIGAÇÃO

Gases de efeito estufa: que opções de mitigação estão à disposição?

ADAPTAÇÃO

Ecossistemas como base para adaptação: um papel para a América Latina no novo acordo global

AGRICULTURA

Políticas de mitigação e adaptação no Brasil e a COP de Lima: teremos avanços?



International Centre for Trade
and Sustainable Development

PONTES

VOLUME 10, NÚMERO 9 - NOVEMBRO 2014

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável em língua portuguesa.

ICTSD

International Centre for Trade and Sustainable Development

Genebra, Suíça

EDITOR EXECUTIVO

Ricardo Meléndez-Ortiz

EDITOR CHEFE

Andrew Crosby

EQUIPE EDITORIAL

Manuela Trindade Viana

Bruno Varella Miranda

Fernando Marques

CONSULTORA EDITORIAL

Michelle Ratton Sanchez Badin

DESIGN GRÁFICO

Flarvet

LAYOUT

Oleg Smerdov

Se deseja contatar a equipe editorial do Pontes, escreva para: pontes@ictsd.ch

O PONTES recebe com satisfação seus comentários e propostas de artigo. O guia editorial pode ser solicitado junto à nossa equipe.

MITIGAÇÃO

- 4 **Gases de efeito estufa: que opções de mitigação estão à disposição?**

Carolina Burle Schmidt Dubeux

ADAPTAÇÃO

- 6 **Ecossistemas como base para adaptação: um papel para a América Latina no novo acordo global**

Fabio Rubio Scarano

AGROPECUÁRIA

- 8 **Políticas de mitigação e adaptação no Brasil e a COP de Lima: teremos avanços?**

Eduardo Delgado Assad

INDÚSTRIA

- 10 **As negociações da UNFCCC e o novo cenário internacional**

Paula Bennati

INDÚSTRIA

- 12 **COP em Lima: a construção dos pilares para um novo acordo climático global**

João Guilherme Sabino Ometto

NEGOCIAÇÕES CLIMÁTICAS

- 14 **Menos *píscos* e mais ação**

Nicole Oliveira

NEGOCIAÇÕES CLIMÁTICAS

- 16 **O real significado da COP 20 para o Peru**

Karen del Biondo, Lorena del Carpio Suarez

- 19 **Informações úteis**

- 20 **Publicações**

Fim do começo?



Dentro de alguns dias, milhares de visitantes desembarcarão no aeroporto de Lima. Não será nenhuma de suas inúmeras atrações turísticas, porém, o que explicará tamanho movimento. Sede da 20ª Conferência das Partes (COP 20, sigla em inglês), a capital do Peru será o palco de um momento decisivo para a governança global do clima. Pode-se dizer que, em Lima, a comunidade internacional decidirá se mantém sua trajetória rumo ao "começo do fim" ou se concretiza algo que poderia ser chamado "fim do começo".

Ambos os termos usados acima merecem melhor explicação. O primeiro deles – "começo do fim" – representa bem o atual momento. A acumulação de evidências científicas e os inúmeros fenômenos extremos observados nos últimos anos demonstram que transformações importantes estão ocorrendo. É possível discutir a rapidez e os limites de tais mudanças ou ainda o papel dos humanos em sua promoção, mas não sua existência. Seguir pelo mesmo caminho é uma opção, evidentemente. Teremos, entretanto, que nos acostumar a viver em um planeta distinto, em que as condições de vida de milhões de pessoas serão afetadas.

Reconhecer o perigo implica tentar mudar a atual trajetória. Em linhas gerais, é isso o que a comunidade internacional vem tentando fazer nas últimas três décadas. Até o momento, porém, todo o esforço feito tem sido insuficiente. Seguimos no "começo" do processo de criação de respostas à mudança climática, estágio em que abundam rascunhos e minguam políticas concretas. Talvez a contradição fundamental de nossa época seja o fato de que, embora sejamos capazes de identificar secas ou o derretimento das calotas polares como graves problemas, seguimos estimulando políticas que aprofundam as causas dessas transformações.

Cada vez mais pessoas estão convencidas de que transformar esse padrão é necessário. Para tanto, mais do que nunca precisamos implementar ideias. A COP de Lima oferece a possibilidade de consolidar uma trajetória para o "fim do começo": um rascunho ambicioso para ser finalizado em 2015 e uma sinalização clara de que os mecanismos de financiamento para a adaptação e mitigação à mudança climática serão devidamente operacionalizados. A partir daí, em grande medida, o que nos espera é desconhecido. Lima, no entanto, abre a possibilidade de que, diante da incerteza, privilegiemos aquilo que mais nos deveria interessar: nosso lar comum. Que a pegada ecológica deixada por esses milhares de visitantes não seja em vão.

Por um excelente motivo, este número do Pontes é um pouco diferente do habitual. A seguir, você encontrará textos mais curtos, discutindo as seguintes perguntas: i) que políticas de mitigação e/ou adaptação você considera prioritárias no que toca às mudanças climáticas?; ii) como você acha que a Conferência de Lima pode contribuir para a consecução desses objetivos? Nas próximas páginas, diversos(as) especialistas apresentam suas percepções sobre o papel da COP 20 na sugestão de políticas para o desafio da mudança climática. Queremos convidar você, prezado(a) leitor(a) a fazer o mesmo, seja escrevendo-nos um e-mail, ou deixando um comentário no site do Pontes.

Esperamos que aprecie a leitura.

A Equipe Pontes

MITIGAÇÃO

Gases de efeito estufa: que opções de mitigação estão à disposição?

Carolina Burle Schmidt Dubeux

A partir da ideia de que políticas de mitigação mais eficientes dependem de um conhecimento mais profundo sobre as características das emissões e os custos de tais políticas, a autora mapeia as principais iniciativas em andamento no Brasil nessa seara.

A necessidade de reduzir as emissões de gases de efeito estufa para que o aumento da temperatura não ultrapasse 2°C relativamente à era pré-industrial, de modo a garantir a vida no planeta como a conhecemos, é praticamente um consenso na atualidade. O último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, sigla em inglês) é enfático ao atribuir o aumento da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera a causas antrópicas, o que requer uma mudança drástica nos padrões atuais de emissão.

Nesse contexto, espera-se que as futuras emissões dos países em desenvolvimento sejam compensadas não somente pela redução daquelas que ocorrem nos países já desenvolvidos, mas também que os sistemas econômicos globais sejam compatíveis com a conservação ambiental. Um bom começo nessa direção foi o acordo de mitigação assinado recentemente pelos dois maiores poluidores do mundo – Estados Unidos e China. Embora não preveja cortes profundos nas respectivas emissões, o acordo enseja um reconhecimento explícito da necessidade de mudanças e revela a compreensão, pelos níveis distintos de comprometimento assumidos pelas Partes, de que há diferenças entre países em estágios desiguais de desenvolvimento. O acordo é um novo fôlego às negociações globais em curso.

O menu de opções disponíveis para a redução das emissões é vasto e sofre alterações ao longo do tempo em função do progresso tecnológico e das condições socioeconômicas de cada nação. A questão que se coloca, portanto, é como escolher as opções que mais se adequam a cada economia.

O potencial de mitigação – seja econômico ou de mercado – pode ser estimado a partir da descrição matemática das relações econômicas de todas as atividades produtivas que emitem gases de efeito estufa em determinada economia. Dessa maneira, os estudos podem avaliar opções de mitigação, testando tecnologias e regulamentações específicas. Tais casos são denominados modelos técnico-econômicos ou *bottom-up*. É possível, ainda, utilizar informações agregadas da economia, com estruturas consistentes sobre as opções de mitigação, capturando os impactos macroeconômicos e de mercado. Tal abordagem é feita com modelos *top-down* e avalia o potencial de mitigação da economia ou de um setor como um todo.

No Brasil, atualmente está em curso uma série de iniciativas destinadas a identificar opções de mitigação mais eficientes. Têm por objetivo contribuir para o conhecimento necessário à tomada de decisões por parte dos agentes econômicos e de governo. Alguns projetos merecem destaque, como o projeto “Mecanismos Financeiros e Tributários para uma Economia de Baixo Carbono”, do Ministério da Fazenda. Por meio de uma modelagem *top-down*, o referido projeto busca identificar o impacto macroeconômico do uso de uma taxa de carbono para reduzir 5% das emissões entre 2014, e 2020 e 10% entre 2021 e 2030, *vis-à-vis* a simples restrição de emissões por um sistema de comando e controle, no qual haveria uma redução mandatória de emissões. A iniciativa permite, ainda, simular os impactos decorrentes da reciclagem dos recursos oriundos da cobrança da taxa. É fundamental que simulações dessa natureza sejam empreendidas, na medida em que

se trata de uma hipótese de política global que, antes, o país precisa estar capacitado a testar, a fim de identificar não somente o ônus, como eventuais benefícios de sua adoção.

Outro projeto que deve contribuir em grande medida para a tomada de decisão sobre mitigação no país leva o título de "Opções de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa em Setores-chave do Brasil", empreendido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). A iniciativa utiliza tanto uma abordagem setorial (*bottom-up*) – analisando opções de mitigação em 11 setores econômicos e vários subsetores – quanto macroeconômica (*top-down*) para avaliar os impactos sistêmicos da adoção das referidas opções. O horizonte de cenário é 2050, com um primeiro período de análise, que se estende até 2035.

Por fim, merece destaque o projeto "Implicações Econômicas e Sociais" (IES-Brasil), coordenado pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC), cujo objetivo também é identificar distintas trajetórias de desenvolvimento que alinhem objetivos socioeconômicos e ambientais. Para tanto, elabora cenários econômicos para o período 2020-2030 e 2030-2050, e identifica políticas de mitigação que revelem melhores respostas no que toca a seus impactos econômicos e sociais – por exemplo, a taxa de carbono. O projeto utiliza uma modelagem híbrida, que, além de contabilizar as transações entre os setores econômicos em valores monetários, contabiliza tais transações em fluxos físicos, permitindo projetar o consumo de energia e outras atividades emissoras de gases de efeito estufa, assim como simular as consequências da implementação de novas tecnologias mais limpas de forma bastante consistente. O IES-Brasil tem um caráter participativo, pois constrói cenários em colaboração com vários *stakeholders*, sejam estes da sociedade civil organizada, dos setores produtivos, ou mesmo do governo. Simula políticas de mitigação e suas consequências macroeconômicas e sociais, como pobreza e distribuição de renda.

Em síntese, cabe ressaltar que o custo da mitigação não é somente uma questão entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, mas também doméstica. Somente por intermédio de estudos e pesquisas no tema, as escolhas poderão ser feitas de forma consciente, racional e equilibrada, antevendo não somente o montante dos custos, mas também sobre quem recairiam – e, com isso, evitando a penalização das classes menos favorecidas.



**Carolina Burle Schmidt
Dubeux**

Pesquisadora do Centro de
Estudos Integrados sobre Meio
Ambiente e Mudanças Climáticas
da COPPE/UFRJ.

ADAPTAÇÃO

Ecossistemas como base para adaptação: um papel para a América Latina no novo acordo global

Fabio Rubio Scarano

Ao pautar suas expectativas quanto à COP 20 na adaptação baseada em ecossistemas, o autor identifica, entre as vantagens dessa abordagem, o equilíbrio dos pilares social, econômico e ambiental; e a importância desse arranjo para a América Latina, região que possui o maior reservatório de biodiversidade do planeta.

A 20ª Conferência das Partes (COP 20, sigla em inglês) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês) será realizada em Lima (Peru), na primeira semana de dezembro de 2014, com a missão de preparar um bom rascunho para o acordo global do clima que se espera firmar em Paris (França), em 2015. Além disso, espera-se ver em Lima a capitalização inicial do Fundo Verde para o Clima (GCF, sigla em inglês) e o surgimento de um ambiente de confiança entre as Partes, que possa conduzir a significativas contribuições nacionais no sentido de construir um futuro resiliente e de baixo carbono.

Após as frustrações acumuladas na COP 15, em Copenhague (2009) e em meio à crise econômica, assim como na Rio+20, em 2012, começa a ser desenhado, em novembro de 2014, um quadro mais otimista para Lima e, consequentemente, para Paris. No último 12 de novembro, China e Estados Unidos – os dois maiores emissores de gases-estufa do planeta – anunciaram um acordo histórico para a redução nas emissões dos dois países. Enquanto a China estabeleceu um teto para suas emissões a ser alcançado em 2030, os Estados Unidos se comprometeram a reduzir suas emissões em 26-28% até 2025, em comparação com os níveis de 2005¹. Além disso, durante a reunião do G-20 em Brisbane (Austrália), os Estados Unidos comprometeram-se a doar US\$ 3 bilhões ao GCF, e o Japão, US\$ 1,5 bilhão. Somados aos US\$ 3 bilhões que resultam dos compromissos já firmados por Alemanha, Coreia do Sul e França, o Fundo começa a se aproximar dos US\$ 10 bilhões projetados inicialmente². O GCF foi desenhado para ser a principal fonte de financiamento para apoiar países em desenvolvimento em iniciativas de redução de suas emissões de gases-estufa ou de adaptação a cenários futuros de mudanças climáticas.

O tempo urge

Apesar desses sinais positivos, o tempo urge no que diz respeito ao panorama climático do planeta, como indicam os três tomos do quinto relatório de avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês), publicados entre setembro de 2013 e abril de 2014. O século XX assistiu a um aumento de 0,9°C na temperatura média do planeta. Para 2050, em um cenário otimista de baixas emissões, estima-se um aumento em 0,4-1,6°C, enquanto que, em um cenário “business as usual”, projeta-se um aumento de 1,4-2,6°C para 2050. Para o período de 2080 a 2100, o aumento projetado é de 2,6-4,8°C. Implicações decorrentes dessas mudanças incluem efeitos negativos sobre a base da vida e do bem-estar no planeta: alimento, água, estabilidade climática, biodiversidade, segurança e cultura.

O relatório deixa claro, ainda, que a sociedade já ultrapassou o ponto no qual a mitigação de emissões apenas seria o bastante para reverter o quadro climático. Entramos na “era da adaptação”, na qual a sociedade precisa encontrar mecanismos de adaptação para as mudanças climáticas em curso. Muitas vezes quando se fala em adaptação, se imagina grandes obras de infraestrutura – diques para conter elevação do nível do mar, obras de contenção de encostas, dessalinização etc. No entanto, o recente relatório do IPCC enfatizou a importância de outro tipo de adaptação, que será particularmente relevante para a América Latina: a adaptação baseada em ecossistemas.

Adaptação baseada em ecossistemas

Os mais vulneráveis às mudanças climáticas são os pobres. As localidades mais vulneráveis às mudanças climáticas são as que menos possuem recursos naturais renováveis disponíveis. Decorrem dessas constatações científicas, resumidas no relatório do IPCC, que aliar a redução da pobreza com conservação da natureza talvez seja a principal estratégia adaptativa às mudanças climáticas nos países em desenvolvimento que ainda dispõem de seus recursos naturais – como é o caso dos países latino-americanos.

O conjunto de práticas multissetoriais, multiescalares e baseadas na premissa de que serviços ambientais reduzem a vulnerabilidade de sociedades às mudanças climáticas é conhecido como Adaptação Baseada em Ecossistemas^①. Tal prática tem se tornado cada vez mais comum na América Latina e inclui ações como o estabelecimento e o manejo efetivo de áreas protegidas, manejo comunitário de áreas silvestres, acordos e incentivos para conservação (por exemplo, os chamados pagamentos por serviços ambientais) e a restauração ecológica^②. Para serem de fato adaptativas, tais iniciativas precisam reduzir a vulnerabilidade de sociedades, o que muitas vezes envolve mecanismos de geração de renda ou redução de pobreza associados.

Expectativa

Enquanto os países desenvolvidos lançam metas de redução de emissão e se comprometem em abastecer o GCF, eu gostaria de ver os países em desenvolvimento com metas claras de redução de desmatamento, conciliadas com uma melhor distribuição de renda e redução de pobreza. Em outras palavras, isso significaria uma meta de desenvolvimento sustentável para países em desenvolvimento que equilibre os pilares social, econômico e ambiental da equação do desenvolvimento. A América Latina tem a oportunidade de liderar pelo exemplo nesse sentido, por ser o maior reservatório de biodiversidade do planeta.

Gostaria também de ver um maior intercâmbio entre os países da região, e destes com outros países em desenvolvimento do mundo, quanto a soluções para o desenvolvimento sustentável. A extensa lista de soluções em prática no continente – muitas delas apontadas no relatório do IPCC – precisa ganhar escala, ser intercambiada e difundida. Seria um importante passo se parte dos fundos a serem negociados e comprometidos entre Lima e Paris pudesse se voltar a mecanismos de interação Sul-Sul para o desenvolvimento sustentável.

Ações e compromissos com vistas a conciliar a conservação da natureza com a redução da pobreza teriam a vantagem adicional de permitir o alcance de metas já existentes em outros acordos promovidos pelas Nações Unidas, como a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD, sigla em inglês) e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs).

Que a bela cidade de Lima e o megadiverso e multicultural Peru – que já possui tantos bons exemplos de esforços no sentido de conservar a natureza e reduzir pobreza – sirvam de inspiração para que países em desenvolvimento assumam compromissos e metas com o desenvolvimento sustentável e com uma maior resiliência climática.



Fabio Rubio Scarano

Vice-presidente Sênior da Conservação Internacional, professor associado da UFRJ e co-autor do capítulo sobre América Central e América do Sul no quinto relatório de avaliação do IPCC.

① Ver: <http://bit.ly/1xEVuto>.

② Ver: <http://nyti.ms/1xEVwkX>.

③ Ver: Vignola, R.; Locatelli, B.; Martinez, C.; Imbach, P. Ecosystem-based Adaptation to Climate Change: What Role for Policy-makers, Society and Scientists? In: *Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change*, vol. 14, n. 8, pp. 691-6, 2009.

④ Ver: Magrin, G.O.; Marengo, J.A.; Boulanger, J.-P.; Buckeridge, M.S.; Castellanos, E.; Poveda, G.; Scarano, F.R.; Vicuña, S. Central and South America. In: Barros, V. et al. (eds.). *Climate change 2014: Impacts, adaptation, and vulnerability. Part B: Regional aspects*. Contribuição do Grupo de Trabalho II ao Quinto Relatório de Avaliação do IPCC. Cambridge: Cambridge University, 2014, pp. 1499-566.

AGROPECUÁRIA

Políticas de mitigação e adaptação no Brasil e a COP de Lima: teremos avanços?

Eduardo Delgado Assad

Ao destacar os avanços apresentados pelo Brasil em mitigação na agropecuária, o autor argumenta que o grande desafio da COP 20 será definir formas de compensação ao esforço de países em desenvolvimento em reduzir emissões e aumentar o sequestro de carbono.

Desde 2007, o Brasil tem empreendido grandes esforços na implantação de sua Política Nacional de Mudanças Climáticas. O país firmou o compromisso de redução de emissões definido em Copenhague e criou dez planos setoriais com vistas, em um primeiro momento, à mitigação de gases de efeito estufa.

Com a redução do desmatamento da Amazônia, a agricultura aparece com mais destaque nas emissões globais brasileiras. Nesse contexto, o Brasil tem incentivado programas como a agricultura de baixa emissão de carbono (ABC), que financia práticas como o plantio direto, a integração lavoura-pecuária, a integração lavoura-pecuária-floresta, a integração floresta-pecuária, os sistemas agroflorestais, o reflorestamento e a fixação biológica de nitrogênio. Todos os sistemas citados apresentam balanço positivo no fluxo de carbono, ou seja, funcionam como sumidouros ou evitam emissões, sendo portanto importantes na mitigação dos gases de efeito estufa.

Contudo, o emissor mais importante são as pastagens degradadas, as quais devem ser recuperadas e melhor manejadas. Quando boas práticas agrícolas são adotadas, os pastos recuperados passam também a ter um balanço de carbono positivo. Em regiões tropicais, existe uma grande quantidade de pastos degradados, com baixa taxa de lotação e onde o tempo de abate do bovino ultrapassa 40 meses, emitindo mais carbono.

Nesse sentido, as políticas prioritárias para mitigação devem ser aquelas que incentivam o uso de boas práticas agrícolas e a adoção de sistemas de produção que permitem intensificar a produtividade, mantendo baixos os níveis de emissão de carbono. É necessário sistematizar informações sobre as aptidões regionais para a implantação dos sistemas de produção adaptados e organizar um banco de dados com as iniciativas de boas práticas de adaptação/mitigação já existentes no mundo, especialmente na América Latina.

Outro caminho seria a intensificação das pesquisas genéticas: as mudanças climáticas afetam os múltiplos níveis de organização biológica. No entanto, pouco se sabe a respeito dos impactos disso sobre os processos moleculares, bioquímicos e fisiológicos que determinam as respostas em uma cadeia que se estende dos indivíduos até ecossistemas globais. Por isso, é necessária a incorporação das ciências genômicas aos estudos ecológicos. Basicamente, em termos de adaptação, as políticas devem privilegiar pesquisa e desenvolvimento nos seguintes tópicos:

- 1 identificação de variedades mais adaptadas (resistentes/tolerantes) aos estresses abióticos decorrentes das mudanças climáticas como concentração de gás carbônico elevado, seca, calor, submersão etc., em condições controladas;
- 2 descoberta de mecanismos moleculares, bioquímicos e fisiológicos mediando respostas e adaptação a tais estresses;
- 3 desenvolvimento de marcadores moleculares (genéticos e bioquímicos) para seleção assistida de variedades mais adaptadas em programas de melhoramento genético;

- 4 descoberta de genes envolvidos em adaptação (resistência/tolerância) com valor biotecnológico (forte expressão na biodiversidade); e
- 5 identificação e avaliação do impacto do aquecimento global na qualidade dos produtos, principalmente no teor de proteínas de determinados grãos.

Outros estudos mais detalhados devem ser feitos no sentido de procurar a adaptação das culturas a novas pragas e doenças que surgem com o desequilíbrio climático. Identificar, sistematizar as informações, analisar as vulnerabilidades e mapear a expansão de novas pragas e doenças são políticas que devem ocupar posição prioritária no processo de adaptação ao aquecimento global.

Finalmente, outra política que deve ser privilegiada corresponde ao uso da água para produção agrícola. A irrigação pode ser uma excelente opção para adaptação das culturas ao déficit hídrico. Porém, é preciso levar em conta o consumo humano, a geração de energia e, em terceiro lugar, a produção de alimentos.

Todo esse esforço poderá ser em vão caso as negociações na Conferência das Partes (COP, sigla em inglês) de Lima não adquiram um propósito mais prático – principalmente o estudo de formas de compensação aos países que têm adotado práticas eficientes de redução de emissões.

A COP de Lima pode contribuir para ampliar as discussões sobre os diversos sistemas mitigadores e as opções de adaptação, bem como para definir como serão feitas as trocas internacionais em termos de pagamentos de serviços ambientais. É justo que se compense o esforço de países em desenvolvimento em reduzir as emissões de gases de efeito estufa e em aumentar o sequestro de carbono.

Esse é o caso do Brasil, que levará para a COP de Lima um conjunto de práticas voltadas à redução do desmatamento na Amazônia, a implantação de dez planos setoriais de mitigação de gases de efeito estufa e o investimento de quase US\$ 2 bilhões anuais em uma agricultura de baixa emissão de carbono. Esse esforço deve ser compensado, uma vez que, nos últimos dez anos, não houve redução da concentração de CO₂ na atmosfera; pelo contrário: o que se vê é um aumento anual da concentração desse gás. E poucos países no mundo são capazes de apresentar exemplos concretos de redução de emissões. O Brasil é um destes.



Eduardo Delgado Assad
Pesquisador da Embrapa
Informática Agropecuária e
membro do Comitê Científico do
Painel Brasileiro de Mudanças
Climáticas.

INDÚSTRIA

As negociações da UNFCCC e o novo cenário internacional

Paula Bennati

Neste artigo, a autora destaca temas de interesse para a indústria brasileira que estão ausentes das negociações climáticas e sugere caminhos por meio dos quais o Brasil pode explorar alternativas sustentáveis nessas frentes.

A esperança volta a acenar em uma das arenas da Organização das Nações Unidas (ONU) de maior complexidade decisória, às vésperas da próxima sessão da Conferência das Partes (COP, sigla em inglês) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês), que acontecerá em Lima nas próximas semanas. Espera-se que, na ocasião, sejam definidos alguns dos elementos que deverão compor o novo acordo climático, que será assinado no final de 2015, em Paris.

Estamos em um momento político importante, e os sinais dados pelos países estão cada vez mais claros e concretos. A agenda de mudanças climáticas tem adquirido robustez nos cenários científico, político, financeiro e econômico nos países de todo o mundo. São vários os fatos ocorridos neste ano que reforçam a ideia de que as negociações estão rumando para a obtenção de um acordo ambicioso em Paris.

Em outubro, a União Europeia (UE) anunciou o compromisso de reduzir suas emissões de gases de efeito estufa (GEEs) em 40% até 2030, com base nas emissões de 1990. Trata-se de uma meta mais ambiciosa, se comparada ao compromisso anterior do bloco, de redução de 20% até 2020, com base em 1990.

No mês seguinte, Estados Unidos e China anunciaram seus planos de metas pós-2020. O país asiático comprometeu-se a ampliar o uso de energia renovável em 20% até 2030, e os Estados Unidos a reduzir, até 2025, suas emissões em 26-28% abaixo dos níveis de 2005.

Embora sempre haja incertezas com relação às projeções de cenário, o contexto atual é um marco na agenda climática global. O anúncio não apenas reuniu os dois maiores emissores do mundo (que, juntos, respondem por 36% das emissões globais): foi a primeira vez que o governo chinês estabeleceu metas de redução, o que sinaliza um interesse em alterar sua rota de (rápido) crescimento das emissões.

A China mostrou seriedade ao afirmar que o pico de suas emissões ocorrerá em 2030, ainda que possa crescer até lá. Essa meta acelerará o caminho da economia chinesa para um modelo de baixo carbono, baseado nas melhores tecnologias disponíveis. Há razões para acreditar nisso: o investimento do governo chinês tem sido substancial na ampliação do parque renovável de energia do país, mas a prevalência do combustível fóssil é tão superior que os resultados demoram a aparecer.

Vale citar, por fim, mais recentemente, o comprometimento de vinte países – entre eles, Estados Unidos, Japão, Reino Unido e Alemanha – de aportar US\$ 9,3 bilhões ao Fundo Verde para o Clima (GCF, sigla em inglês).

Esse otimismo chega em boa hora. As questões trazidas pelas negociações da UNFCCC incitam uma reflexão cada vez mais profunda sobre o modelo de desenvolvimento adotado pelos países. Isso diz respeito a regras de conduta de todos os cidadãos do mundo.

Nesse sentido, é crescente a pressão para que as negociações da UNFCCC resultem em avanços concretos. A baixa credibilidade do regime multilateral tem levado à multiplicidade

de acordos bilaterais, que normalmente tratam de agendas não discutidas ou não acordadas no âmbito da UNFCCC.

Os temas econômicos conferem maior complexidade ao processo decisório da UNFCCC. Por outro lado, questões econômicas relevantes, como a imposição de barreiras não tarifárias, são criadas na Organização Mundial do Comércio (OMC) em nome de critérios de sustentabilidade.

Outro exemplo de agenda que impacta diretamente as economias dos países e que não é considerada pela UNFCCC são as cadeias globais de valor (CGVs). Trata-se de uma nova forma de organizar os processos de produção situados em países distintos, de modo a extrair benefícios a partir de aspectos como diferenças de custos, tecnologias, qualificação de mão-de-obra e logística.

O Brasil deveria lançar um olhar mais atento aos países da América Latina e buscar complementação produtiva com tais economias. Ainda, é preciso que o país promova a integração regional – a exemplo do que se observa em regiões como o Leste asiático, a Europa Ocidental e a América do Norte.

O Brasil poderia beneficiar-se muito com esse novo modo de pensar a indústria, fazendo valer sua pegada de carbono para obter ganhos de competitividade, minimizando, assim, o impacto que as importações têm causado ao setor produtivo.

Paralelamente, temos o processo negociador da UNFCCC, que se encontra em um momento estratégico, posto que apontará o caminho para que todos os países reduzam suas emissões. A abordagem *bottom-up*, recém adotada nessas negociações, será testada na COP de Lima.

Essa abordagem foi concretizada com a plataforma de Durban, que estabeleceu, entre outras coisas, que os países devem realizar consultas internas com diversos setores da sociedade, a fim de compor uma oferta de intenções – as contribuições nacionalmente determinadas (INDCs, sigla em inglês). Em um primeiro momento, tais contribuições abordariam ações de mitigação, com vistas a agrupar tudo o que os países se ofereceriam a implementar em termos de redução de emissões.

Nesse sentido, o Brasil, sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores, estabeleceu um amplo processo de consulta pública, com vistas a melhor informar a UNFCCC sobre suas INDCs. Nesse processo de construção de propostas, o Brasil submeteu à UNFCCC uma proposta de diferenciação de compromissos dos países por círculos concêntricos – o que abre espaço para resolver o impasse entre países desenvolvidos, emergentes e países de menor desenvolvimento relativo.

A proposta é criar um mecanismo que diferencie esses três tipos de países, em respeito ao princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” e de acordo com as respectivas capacidades dos membros da UNFCCC. A proposta brasileira busca, ademais, evitar que os países retrocedam nos níveis de compromisso já assumidos anteriormente.

A expectativa é deixarmos Lima com uma orientação clara do que será decidido em Paris, por meio de um esboço de decisão que contenha os elementos-chave, necessários à fluidez do processo negociador que se dará durante o ano de 2015. Em Lima teremos uma indicação clara sobre o nível de maturidade das negociações e as chances de alcançarmos em Paris um acordo ambicioso e eficiente.

A nova postura de importantes economias do mundo deixa um tom de esperança que há muito anos não se percebia nas negociações. Podemos sim fazer parte da criação de um novo paradigma econômico.



Paula Bennati

Advogada e especialista na
Gerência Executiva de Meio
Ambiente e Sustentabilidade
da Confederação Nacional da
Indústria (CNI).

INDÚSTRIA

COP em Lima: a construção dos pilares para um novo acordo climático global

João Guilherme Sabino Ometto

O que a indústria espera das negociações climáticas? Este artigo apresenta as principais iniciativas da FIESP nessa seara e identifica as prioridades da instituição para a COP 20.

O acordo alcançado em 2009, ao final da 15ª Conferência das Partes (COP 15, sigla em inglês), em Copenhague, ficou muito aquém das expectativas da sociedade para enfrentar as mudanças do clima, mas teve o grande mérito de colocar a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês) na agenda prioritária de países, empresas, sociedade civil, organizações não-governamentais (ONGs), cidades e outros atores.

A aprovação da Política Nacional sobre Mudança do Clima no Brasil, em finais de 2009, e sua implementação ao longo dos anos, com base nos planos setoriais, bem como a aprovação de diversas leis estaduais, refletem a relevância do tema para o país.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) passou a acompanhar as reuniões da UNFCCC a partir da COP 15, com o objetivo de compreender a dinâmica das negociações multilaterais, como elas influenciam a construção de políticas públicas e de que modo podem afetar – para o bem ou para o mal – os diferentes setores produtivos nacionais, seja por meio de ações de mitigação ou de adaptação.

A FIESP pauta sua atuação de forma colaborativa junto aos principais órgãos do governo federal que conduzem as negociações no âmbito da UNFCCC. Atualmente, o processo de definição das "contribuições nacionalmente determinadas" (INDCs, sigla em inglês), que o Brasil deverá submeter à Convenção em 2015, é um dos focos da equipe da FIESP envolvida na agenda do clima.

Nesse sentido, seguindo a estratégia adotada desde a COP 15, a FIESP integrará a delegação brasileira para a COP 20, em Lima, entre 1º e 12 de dezembro de 2014. A Conferência de Lima é considerada a "ponte" para a COP 21, quando se espera que um novo e ambicioso acordo climático seja assinado, de acordo com os princípios da UNFCCC. A COP de Lima guarda dois objetivos fundamentais a caminho da Conferência em Paris, no final de 2015.

Primeiramente, Lima terá o desafio de desenhar as bases do novo acordo, que deve contar com esforços ambiciosos de todos os países nos temas de mitigação, adaptação, desenvolvimento e transferência de tecnologia, capacitação e financiamento.

Em segundo lugar, é essencial que a COP de Lima ajude a conferir mais substância às INDCs pois, na prática, tais contribuições deverão constituir a base para os compromissos de mitigação e adaptação a serem estabelecidos quando o novo acordo entrar em vigor.

A COP 20 tem o enorme desafio de moldar essas bases, com a clareza de que os países não trarão para a mesa de negociações seus limites. Em outras palavras, é evidente que os esforços que cada país aceitará fazer no contexto do novo acordo somente virão à mesa durante a COP 21; mas é essencial e possível traçar agora os pontos que deverão estruturar o acordo.

O maior desafio é estabelecer regras equilibradas, que permitam equacionar a adoção de metas para todos os países, em especial os grandes emissores de gases de efeito estufa

(GEEs), assegurando os princípios da UNFCCC, em especial aquele das "responsabilidades comuns, porém diferenciadas". A expectativa, segundo a proposta apresentada pelo Brasil, de que se considere o histórico das emissões de GEEs para calcular e nivelar os esforços que deverão ser feitos a partir de 2020, constitui o maior desafio a ser enfrentado.

Alinhada à posição brasileira, a FIESP entende que uma das formas de equilibrar os esforços dos países é a criação de uma metodologia que permita quantificar as responsabilidades históricas de cada um deles, estabelecendo um balanço mais justo entre os compromissos a serem adotados pelos países.

Para o Brasil, uma das grandes oportunidades oferecidas pelas negociações multilaterais do clima está relacionada à questão florestal, sobretudo, por meio do mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+).

As emissões no setor de uso da terra, notadamente aquelas ligadas ao desmatamento, representavam 57% das emissões totais do Brasil em CO₂ equivalente em 2005. Em 2010, caíram para 22%. Até 2020, o Brasil deverá bater sua meta de reduzir 80% do desmatamento na Amazônia e 40% no Cerrado, criando enormes estoques de carbono florestais. Tais ativos possuem um valor grandioso e precisam ser contemplados no novo acordo.

A própria regularização proporcionada pelo novo Código Florestal – com a recuperação de ao menos 4,8 milhões de hectares de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e a recuperação ou compensação de até 21 milhões de hectares de Reserva Legal – deve ser tratada de forma estratégica, enquanto um conjunto de ações que sequestram e estocam carbono.

Do ponto de vista técnico, a expectativa para o Brasil, no que toca ao novo acordo global, é de um salto tecnológico nos próximos anos, possibilitando novas reduções nas emissões nacionais até 2020, para além daquelas já alcançadas desde 2009. Além disso, o país é um grande produtor de biocombustíveis e utiliza 46% de fontes energéticas renováveis, menos poluentes.

Em conclusão, para a FIESP, as negociações globais precisam evitar, primeiramente, que qualquer nação ou bloco econômico se utilize do argumento das mudanças climáticas a fim de promover o recrudescimento do protecionismo. O desenvolvimento sustentável dos países deve ser garantido. Outro foco é a manutenção da geração de energia por fonte hidrelétrica, fundamental na matriz energética limpa, bem como sua complementação por outras fontes de baixa emissão – como a eólica e a biomassa a partir do bagaço de cana-de-açúcar – e a redução da energia termelétrica.

Para as COPs 20 e 21, a indústria espera avanços significativos no combate às mudanças climáticas, o que envolve ambição nas ofertas de financiamento, de redução de emissões e de ações de adaptação.

A Conferência de Lima terá, então, o papel de estabelecer as bases para esse novo compromisso – ambicioso e inédito – de combate e adaptação à mudança do clima. O sucesso dessa Conferência é, sem sombra de dúvidas, um passo fundamental para garantir qualidade de vida e conservação sustentável da biodiversidade às gerações presentes e futuras, especialmente nos países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo.



**João Guilherme Sabino
Ometto**

Vice-presidente da FIESP
e coordenador do Comitê
de Mudanças Climáticas da
entidade.

NEGOCIAÇÕES CLIMÁTICAS

Menos *pisco sour* e mais ação

Nicole Oliveira

Este artigo mostra que, apesar dos muitos motivos para preocupação com relação às mudanças climáticas, algumas decisões anunciadas às vésperas da COP 20 conferiram novo fôlego – e expectativas – às negociações climáticas.

O mundo não vai bem. Enchentes na Itália, um ano do tufão Hayan, o ano mais quente da história do planeta, secas antes inimagináveis mas já previstas por cientistas em vários pontos do mundo como na Califórnia e em São Paulo. Nesta última, uma das maiores metrópoles do mundo, 20 milhões de habitantes podem ficar desabastecidos de água nos próximos dias pela seca inédita que atinge a região. Catástrofes climáticas não faltam.

E mesmo com tantas evidências e fatos já consumados, ainda há uma forte resistência de governos de todo o mundo para agir no combate às mudanças climáticas. Embora seja difícil de compreender a razão disso, a explicação mais plausível parece ser o forte interesse econômico em torno da questão ambiental e climática. Mas de que adianta o dinheiro em um planeta com recursos esgotados e devastado pelas mudanças climáticas?

Em reação à necessidade urgente, movimentos de grandes governos mostraram, nas últimas semanas, que ainda há esperança na promoção de mudanças positivas que estão por vir. Anúncios significativos no combate ao aquecimento global foram feitos. Os membros do G-20 — grupo que reúne 85% do produto interno bruto (PIB) mundial, 80% do comércio global e dois terços da população total — anunciaram a contribuição de US\$ 3 bilhões para o Fundo Verde para o Clima (GCF, sigla em inglês) das Nações Unidas. Na mesma direção, o Japão logo declarou a doação de US\$ 1,5 bilhão, e o Reino Unido estuda a possibilidade de contribuir com mais US\$ 1 bilhão.

Contudo, o anúncio mais surpreendente veio de um acordo entre as duas maiores potências econômicas mundiais — e também os maiores emissores de gases de efeito estufa. Após meses de negociações sigilosas, China e Estados Unidos declararam um compromisso sem precedentes com vistas a reduzir emissões de gases poluentes e potencializar o esforço para concluir um acordo global sobre mudanças climáticas em 2015. Considerado histórico, o acordo prevê que a China, conhecida por não se comprometer com questões climáticas, atinja o ápice de suas emissões de CO₂ até 2030, quando então elas deverão começar a cair. Já os Estados Unidos deverão reduzir, até 2025, as emissões entre 26% e 28% em relação a 2005. Quão significativo é esse anúncio? Muito — se considerarmos que, juntas, as duas potências respondem por 45% do CO₂ emitido em escala global. Isso sem mencionar o potencial do acordo para mudar os rumos da política climática e alterar os passos do modelo energético adotado hoje no mundo.

Apesar da relevância dos acordos firmados recentemente, a humanidade foi longe demais na exploração desmedida dos recursos naturais do planeta. Isso nos leva à necessidade de decisões mais drásticas que os acordos recentes se quisermos de fato reverter o processo do cenário climático atual. A mitigação é necessária e deve ser tratada como prioridade. Melhorias no sistema de transporte público, em eficiência energética e precificação de emissão de gases de efeito estufa são algumas possibilidades que gerariam resultados positivos para o clima.

No Brasil, a lista de adaptação requer prioritariamente a redução do desmatamento e a mudança do agronegócio, já que este é o setor da economia que mais contribui para as emissões brasileiras, responsável por 59% do total. No mundo, o modelo de desenvolvimento focado em combustíveis fósseis também é um obstáculo que deve ser

revisto. Nesse sentido, o acordo entre China e Estados Unidos constitui um importante passo para reverter as mudanças climáticas. Contudo, trata-se de uma medida insuficiente: é preciso que seja acompanhado de políticas de mitigação global.

Para analistas, o movimento encabeçado pelas duas maiores potências mundiais pode mudar o cenário de conformismo e inação visto nas últimas cúpulas do clima. "Isso deveria estimular os demais grandes emissores – Índia, Rússia, Indonésia e Brasil – a apresentarem também compromissos pós-2020 de ambição compatível", afirmou Tasso Azevedo, do Observatório do Clima, em entrevista recente ao jornal Folha de S. Paulo. Um dos principais ganhos é que os dois países devem deixar de travar as negociações do almejado acordo global de redução de emissões.

Diante de tais anúncios relevantes e de um caminho aparentemente livre para negociações, a Conferência das Partes (COP, sigla em inglês) de Lima – que, há algumas semanas, era pensada como mais uma cúpula no rol de reuniões de líderes, com muitas falas e pouca atitude – mostra-se agora com grande potencial de surpreender em discussões positivas, propostas concretas e, quem sabe, viabilize um acordo que valha de fato a pena para o planeta na COP de Paris. A expectativa é de que menos pisco sour e mais ações estão por vir.



Nicole Oliveira

Líder de equipe da 350.org para América Latina.

NEGOCIAÇÕES CLIMÁTICAS

O real significado da COP 20 para o Peru

Karen del Biondo, Lorena del Carpio Suarez

Neste artigo, as autoras abordam a posição ambígua do Peru na COP 20 sob a perspectiva da sociedade civil. Sede da Conferência, o país revela uma postura conciliadora nas negociações climáticas, mas suas políticas domésticas ainda carecem de profundos avanços.

Em junho de 2013, a capital do Peru foi anunciada como sede da 20ª Conferência das Partes (COP 20, sigla em inglês) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês). Durante a reunião, que ocorrerá entre 1 e 12 de dezembro, as Partes da Convenção discutirão uma versão preliminar do acordo climático global, que deve ser assinado na COP 21, em Paris.

Desde o referido anúncio, várias organizações da sociedade civil (OSC) peruana têm trabalhado em conjunto para alcançar objetivos específicos. Embora existam poucas organizações especializadas no tema de mudança climática, o desafio de ser o anfitrião da COP 20 demanda um elenco mais amplo das OSC. Nesse contexto, foi criado o Grupo Peru COP 20 (GPCOP20)¹, que reúne atores como associações, organizações não governamentais, sindicatos, grupos indígenas, juventude, mulheres, igrejas e imprensa. Entre tais grupos, encontra-se o Movimento Cidadão para a Mudança Climática (MOCICC, sigla em espanhol).

Os objetivos do GPCOP20 são: i) apresentar propostas para um acordo climático que seja global, justo e vinculante; ii) propor e exigir melhorias na agenda nacional de mudança climática; iii) informar os cidadãos a respeito das causas e dos impactos sobre a mudança do clima, bem como sobre a evolução das negociações internacionais.

Coerência do mandato presidencial da COP 20

A escolha do Peru como anfitrião resulta da posição conciliadora adotada pelo país nas negociações climáticas internacionais – posicionamento contrastante com a clivagem Norte-Sul que historicamente caracterizou as tratativas nessa matéria.

Buscando representar essa perspectiva reconciliadora, juntamente com outras cinco nações latino-americanas (Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala e Panamá), o Peru fundou a Associação Independente da América Latina e Caribe (AILAC), a qual constituiu um grupo formal de negociação na 18ª reunião da COP, realizada no Catar em 2012.

Por outro lado, o governo peruano também tem adotado um posicionamento ambíguo em questões ambientais domésticas. Embora a contribuição do país para as emissões globais de gases de efeito estufa (GEEs) seja de apenas 0,4%, tais emissões têm aumentado consistentemente, em especial aquelas originadas no desmatamento da floresta Amazônica (as quais respondem por 41% do total de emissões peruanas). Assim, de acordo com o Inventário de Emissões de GEE (2000-2009), elaborado no âmbito do Planejamento para a Mudança Climática (Plan CC, sigla em espanhol) do Ministério do Meio Ambiente, o Peru aumentou suas emissões em 15% frente a 2000. Isso significa que o país está trilhando o caminho de crescimento econômico com uma profunda pegada ecológica.

O Peru, no entanto, argumenta que tem sido ambicioso em seus compromissos de mitigação, apresentados pela UNFCCC durante a COP 15, em 2009. Eles incluem: i) zerar as emissões geradas pelo desmatamento e mudanças no uso do solo até 2021; ii) diversificar as fontes de energia para alcançar 40% de fontes renováveis até 2020; e iii) desenhar e implantar medidas que permitam a redução de 100% das emissões causadas pela gestão inapropriada de resíduos sólidos. Até o momento, não existem informações oficiais sobre o progresso de tais medidas.

15%

Aumento das emissões de gases-estufa do Peru (2000-2009)

As recentes decisões sugerem que a prioridade do governo peruano é o crescimento econômico. A estratégia de Ollanta Humala para acelerar o crescimento é fortemente baseada na atração de investimentos estrangeiros, particularmente na indústria extrativa. Em julho de 2014, o governo aprovou a Lei No. 30.230, com vistas a promover a recuperação econômica. A Lei restringe a possibilidade do Organismo de Avaliação e Fiscalização Ambiental (OEFA, sigla em espanhol) de aplicar sanções para pessoas ou empresas envolvidas em mineração, hidrocarbonetos, eletricidade ou pesca que não tenham atendido as obrigações ambientais. A aplicação de multas sobre aqueles que causam danos ao meio ambiente foi reduzida à metade do valor original e só pode ocorrer em casos extremos. A competência do Ministério do Meio Ambiente para criar áreas naturais protegidas, organizar o planejamento espacial e decidir sobre os padrões de qualidade foi transferida ao Conselho Ministerial.

A necessidade de uma agenda ambiciosa

A mudança climática não ocupou uma posição prioritária na agenda do governo, muito embora o país esteja entre os 10 mais vulneráveis a esse fenômeno. O Peru abriga 8 dos 11 tipos de clima existentes, segundo a classificação de Copenhague, incluindo um clima desértico no litoral, tropical úmido na região Amazônica e montanhoso frio na Cordilheira dos Andes. A situação dos Andes é relevante, uma vez que 95% da população peruana consome água proveniente das regiões andinas mais elevadas. O país, que hospeda 71% dos glaciais tropicais do mundo, perdeu 42,64% dessas formações geológicas entre 1970 e 2003. Estima-se que, em 2039, os glaciais se reduzirão a menos da metade do volume registrado em 2010.

A ameaça ao suprimento de água nos Andes é problemática para a agricultura, captação de água potável e geração de energia. A drenagem dos Andes é vital para a pujante indústria agroexportadora, que depende de irrigação. A escassez de água ameaça afetar os rurais pobres que dependem do cultivo de pequena escala para a subsistência. Os Andes fornecem água para uso doméstico nas cidades do deserto, onde vivem 60% da população peruana. O desafio é ainda maior na cidade de Lima, onde vivem 8,5 milhões de pessoas. Além disso, 54% da energia peruana têm origem hidrelétrica, e o abastecimento de energia pode ser seriamente afetado pela oscilação no fornecimento de água.

A agenda nacional sobre mudanças climáticas

No início de 2014, o Peru não apresentava uma moderna estratégia nacional em mudanças climáticas, tampouco um organismo decisório nessa matéria. A Estratégia Nacional para Mudança Climática aprovada em 2003 alcançou apenas 12% de seus 108 objetivos nos primeiros seis anos.

O processo de atualização teve início em 2010, com a participação das OSC, e terminou em 2011. Nesse período, o MOCICC insistiu junto ao Ministério do Meio Ambiente a respeito da urgência na adoção de uma estratégia sobre mudança climática para avanços na adaptação e mitigação. No primeiro ano de atividade do GPCOP20, as demandas ao governo concentraram-se em exigir a adoção da Estratégia. Em julho de 2014, o ministro do Meio Ambiente apresentou uma nova versão da Estratégia Nacional; porém, a estratégia não possui objetivos claros e quantificáveis, tampouco mecanismos de monitoramento.

A Comissão da Estratégia Nacional para Mudança Climática é um órgão oficial que congrega representantes de todos os ministérios, bem como da academia, setor privado, sociedade civil e povos indígenas. No entanto, sua última reunião ocorreu em 2012, apesar da insistência do GPCOP20 para que tal Comissão fosse reativada. Em outubro de 2014, o ministro do Meio Ambiente convocou uma reunião para retomar as atividades do grupo.

Com a aproximação da COP 20, muitos congressistas apresentaram projetos sobre mudança climática. Uma lei ambiciosa e progressiva precisaria de mais tempo para consultas e aprovações, mas o processo decisório adquiriu celeridade devido ao calendário político. Em resposta a esse processo, as OSC, em cooperação com a congressista Veronika Mendoza, formularam uma lei alternativa sobre mudança climática, que foi então submetida a audiência pública no Congresso peruano.

Participação civil e consciência cidadã

A possibilidade de que as OSC influenciem as negociações da UNFCCC é muito limitada. Uma lição aprendida após vinte anos de negociações diz respeito à importância da consciência cidadã e de movimentos sociais capazes de influenciar os governos nacionais, com o objetivo de combater as transformações do clima e aprimorar políticas sociais e ambientais. Para as OSC, esse é um dos desafios mais importantes – e que, para ser superado no Peru, demandará esforços coletivos e levará tempo.

Uma pesquisa nacional divulgada em novembro de 2014² mostrou que 92% da população desconhece do que trata a COP 20. Embora o Ministério do Meio Ambiente tenha lançado uma iniciativa para sensibilizar a opinião pública sobre a mudança climática, a campanha associa esse fenômeno apenas a problemas ambientais – e não a um problema de desenvolvimento mais amplo.

No nível doméstico e principalmente nas áreas rurais, a população tem testemunhado as transformações e os impactos da extrema volatilidade do clima, que se somam a problemas ambientais e sociais. Histórias pessoais incluem a de Máxima Chaupe³, agricultora que foi processada pela Yanacocha – uma das maiores companhias mineradoras de ouro do país – por habitar um local onde a empresa planejava instalar um projeto de extração (Conga). Máxima e sua família foram intimadas a deixar o local e pagar US\$ 2.000,00 em compensação a Yanacocha. Outras experiências incluem casos fatais como o de Edwin Chota⁴, Jorge Rios, Leoncio Quinticima e Francisco Pinedo, indígenas de origem *awajun* (grupo étnico da Amazônia), mortos por madeireiros ilegais enquanto defendiam a reserva florestal de sua tribo, nas redondezas de uma área de conservação na Amazônia peruana.

Sim, a COP 20 é um marco importante no processo de negociações para um acordo climático ambicioso, justo e vinculante, mas ainda se trata de um fórum no qual os governantes não conferem atenção às questões do povo, de pessoas como Máxima e Edwin, que clamam por justiça e por outra maneira de enxergar o “desenvolvimento”.

Entre os dias 8 e 11 de dezembro de 2014, a Conferência dos Povos terá lugar em Lima. Trata-se de um espaço para que as pessoas se reúnam, se informem, construam suas opiniões e passem a cobrar ações urgentes do governo. A sociedade civil e os movimentos sociais também estão organizando a Marcha Mundial em Defesa da Mãe Terra, que ocorrerá em 10 de dezembro, em Lima. Aproximadamente 15.000 pessoas devem participar.

Se é verdade que a COP 20 constitui um momento crucial para as OSC concentrarem esforços, é preciso que esse engajamento continue para além da Conferência. A submissão planejada das Contribuições Determinadas a Nível Nacional (INDCs, sigla em inglês), em março de 2015, será decisiva. Na medida em que o governo está sacrificando cada vez mais as questões ambientais em nome de um modelo neoliberal de crescimento, as OSC continuarão a dar o recado: *mudemos o sistema, não o clima!*



Karen del Biondo

Membro do Movimento Cidadão para Mudança Climática (MOCICC), movimento nacional, composto por 65 organizações e fundado em 2009, no Peru.



Lorena del Carpio Suarez
Membro do MOCICC.

¹ Para maiores informações do grupo, acesse: <http://bit.ly/1FAhJlB>

² *Encuesta de Opinión Pública a Nivel Nacional*. Disponível em: <http://bit.ly/1xZk336>

³ Fonte: <http://bit.ly/1z1Ws09>

⁴ Fonte: <http://bit.ly/1ykkfsF>

Informações úteis

ICTSD realiza eventos paralelos à COP 20, em Lima

No contexto da 20ª Conferência das Partes (COP 20, sigla em inglês) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês), o International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) promoverá dois eventos paralelos. O primeiro deles, intitulado "Promovendo a ação climática por meio do fluxo transfronteiriço de tecnologias de energia limpa", envolverá debates sobre a negociação do Acordo de Bens Ambientais (EGA, sigla em inglês) e seu potencial para a ação climática. O evento tomará lugar em 8 de dezembro, das 18h às 20h, no local da COP, no Pavilhão da UE, sala Roma (Lima, Peru). A ficha de inscrição e a lista completa dos participantes podem ser acessadas [aqui](#). O segundo evento será realizado em 11 de dezembro, das 13h15 às 14h45, e leva o título de "Comércio e Mudanças Climáticas: explorando uma nova agenda". Aqui, analistas discutirão a pegada de carbono embutida no comércio internacional, bem como processos produtivos alternativos, com vistas a minimizar a participação do comércio nas mudanças climáticas. Esse evento ocorrerá no local onde serão realizadas as negociações da COP 20, na sala Maranga (Lima, Peru). As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas [aqui](#). O programa completo do evento pode ser encontrado [aqui](#). Para obter mais informações sobre os dois eventos, escreva para Sonja Hawkins: shawkins@ictsd.ch.

IRI-USP realiza seminário sobre regionalismo na América Latina

O Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Universidade de São Paulo (USP) realizará, em 5 de dezembro, o seminário "Novos cenários do regionalismo na América Latina". Entre as mesas que compõem o evento, destaca-se a primeira ("Dinâmicas e forças impulsoras do regionalismo"), na qual Karina Mariano (UNESP) discutirá a relação da integração regional com a política externa brasileira; e Janina Onuki (IRI-USP) analisará os compromissos formais assumidos pelo Brasil no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul), e suas tensões com os interesses do país. Haverá, ainda, a exposição de Sophia Schemel (Universidade de Konstanz, Alemanha) sobre "Identidade, ampliação e membresia no Mercosul: abrindo a caixa preta do desenvolvimento de normas", que faz parte da segunda mesa do evento, intitulada: "Regionalismo e normas democráticas". O seminário ocorrerá das 9h às 17h, na Sala de Congregação da Faculdade de Economia e Administração (FEA), localizada à Av. Prof. Luciano Gualberto, 908 – Cidade Universitária, São Paulo-SP. Acesse a programação completa [aqui](#).

FGV Direito SP promove conferência sobre direito e desenvolvimento

A Conferência sobre Direito Global e Desenvolvimento (CGLAD, sigla em inglês) e a Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV Direito SP) promoverão a Conferência "Passado e Futuro do Direito e do Desenvolvimento", financiada pelo International Development Research Centre (IDRC). A programação do evento conta com especialistas de diversas partes do mundo e inclui seções dedicadas a diferentes perspectivas da relação entre direito e desenvolvimento; direito e desenvolvimento nos BRICS; redes globais e cooperação Sul-Norte; e capacitação no Sul global. O evento ocorrerá nos dias 8 e 9 de dezembro, das 9h às 18h30, no Auditório da FGV Direito SP, à R. Rocha, 233 (Bela Vista), São Paulo-SP. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas [aqui](#).

WWF contrata assistente para gestão de projetos

WWF-Brasil está com processo de seleção aberto para uma vaga de assistente de projetos. O candidato selecionado trabalhará no desenvolvimento de capacidades locais por meio de práticas como treinamentos, apoio a projetos e programas que estejam desenvolvendo ou reformulando conceitos de projetos e programas, elaboração de material de apoio à capacitação e facilitação de oficinas de trabalho nesse sentido. Os candidatos devem ter fluência em língua inglesa e nível superior completo em Administração, Relações Internacionais, Ciências Sociais, Biológicas ou áreas afins. As atividades deverão ser conduzidas em Brasília. Entre os benefícios da vaga estão: seguro saúde, seguro de vida, auxílio odontológico, auxílio refeição e alimentação, além de uma remuneração mensal a combinar. Mais detalhes sobre a vaga podem ser obtidos [aqui](#).

OMPI contrata oficial de programa nacional

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) está com processo de seleção aberto para uma vaga de oficial de programa nacional. As atividades contempladas nessa posição incluem a preparação de relatórios financeiros e de rascunhos para planos de trabalho; a participação no planejamento, na implementação e no monitoramento de projetos de assistência técnica; e o acompanhamento de orçamentos de projetos ligados aos diversos departamentos e escritórios de representação da OMPI no Brasil. Os candidatos devem ter fluência em língua inglesa e graduação completa em Relações Internacionais, Administração, Direito ou Economia. As atividades serão desenvolvidas no Rio de Janeiro. Os candidatos devem enviar seu currículo até 2 de dezembro. Acesse mais informações [aqui](#).

Publicações



Guia de medidas regulatórias FIESP – outubro 2014

Com a finalidade de ampliar o conhecimento do exportador brasileiro sobre barreiras regulatórias, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) desenvolveu um guia com informações sobre as exigências técnicas, sanitárias e fitossanitárias no comércio internacional. Elaborado pelo Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior (DEREX) da entidade, o *Guia de Medidas Regulatórias* apresenta um histórico dos acordos sobre barreiras técnicas ao comércio e sobre medidas sanitárias e fitossanitárias, bem como a nova regulação do processo produtivo, os custos das exigências regulatórias e o "princípio da precaução". Ainda, a publicação contém um glossário com termos úteis nessa seara. Para acessar o guia, clique [aqui](#).



Sistema de informações sobre medidas ambientais ALADI – novembro 2014

A Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), produziu uma base de dados que compila as medidas regulatórias relacionadas a temas ambientais que afetam o comércio com a União Europeia, os Estados Unidos, o Canadá e o Japão. O objetivo do projeto é informar as pequenas e médias empresas da região com relação às certificações internacionais e exigências ambientais – em particular, aquelas originadas em processos produtivos de menor impacto ecológico. A base contém acesso a legislações por produto e por país. Para acessar o sistema, clique [aqui](#).



Analisando a agricultura no contexto pós-Bali: uma coleção de pequenos ensaios ICTSD – outubro 2014

Na IX Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Bali, os ministros concordaram em elaborar uma agenda objetiva de trabalho para concluir os temas remanescentes da Rodada Doha. No entanto, o comércio agrícola mundial evoluiu significativamente desde o congelamento das negociações em 2008. Em meio aos esforços dos membros da OMC em delinear uma agenda pós-Bali, tornou-se crucial produzir uma análise sólida sobre a nova realidade global e suas implicações para o futuro do multilateralismo na agricultura. A coletânea reunida pelo International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) oferece artigos concisos e focados em políticas públicas, voltados a contribuir, em um contexto pós-Bali, para a interpretação de questões na interface do comércio com a agricultura. Para acessar a publicação, clique [aqui](#).



Perspectivas para a integração da América Latina IPEA – setembro 2014

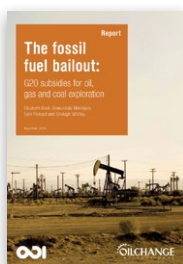
Na última década, a América Latina tornou-se um dos principais temas da política externa brasileira. Nesse mesmo período, as relações entre os membros do Mercado Comum do Sul (Mercosul) foram aprofundadas para além de seus laços comerciais. Nesse contexto, surgiram iniciativas de cooperação técnica com a proposta de superação conjunta dos desafios de desenvolvimento do continente. Entre elas, destaca-se o acordo de cooperação técnica assinado entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Banco de Desenvolvimento da América Latina, que culminou na realização da II Conferência do Desenvolvimento, em novembro de 2011. Uma das mesas do evento resultou nesta coletânea de artigos, que tratam de temas como integração produtiva e assimetrias estruturais na região. Para acessar a publicação, clique [aqui](#).



Perspectivas e políticas públicas para a mudança estrutural na América Latina e no Caribe

CEPAL – setembro 2014

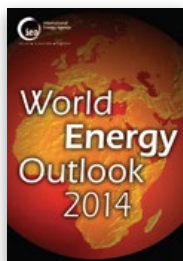
O planejamento para o desenvolvimento voltou a assumir relevância nas políticas públicas da América Latina e do Caribe. A transição dos modelos de crescimento, tendência mundial no século XXI, indica que o ato de governar deve se concentrar em preparar o Estado para o desenvolvimento. O atual contexto global revigorou a importância do longo prazo e, por isso, planejar o futuro pode ser uma ferramenta fundamental para a transição do modelo econômico da região. Esta publicação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) sublinha que os países da região precisam reforçar suas agendas prospectivas para enfrentar o desafio dos novos modelos de crescimento e conduzir a economia regional para um desenvolvimento inclusivo, sustentável e igualitário. Para acessar o documento, clique [aqui](#).



O resgate do combustível fóssil: subsídios do G-20 para petróleo, gás e carvão

ODI – novembro 2014

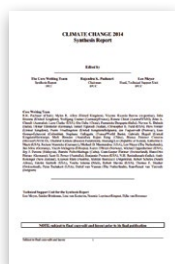
Este relatório, publicado pelo Overseas Development Institute (ODI), mostra que os governos dos países do G-20, grupo que reúne as principais economias do mundo, estão gastando US\$ 88 milhões anuais em subsídios para a exploração de combustíveis fósseis. Os autores sugerem que essa tendência pode levar a um resgate, com recursos públicos, de economias intensivas em carbono, estimulando investimentos não econômicos – além de intensificar de forma desastrosa as mudanças climáticas. O relatório pode ser acessado [aqui](#).



Relatório Mundial de Energia 2014

WEO – novembro 2014

Ao reunir dados e informações sobre o desenvolvimento de políticas energéticas no mundo, o relatório traça uma perspectiva positiva para as matrizes energéticas renováveis. De acordo com o estudo, as fontes renováveis devem ultrapassar o carvão mineral como principal origem de eletricidade até 2040, com destaque para a energia eólica. Contudo, a implantação de fontes alternativas e mais limpas deve enfrentar dificuldades ao longo desse período, principalmente no que toca ao desenvolvimento de tecnologias de geração de energia e à exploração comercial destas. O documento também analisa os sinais globais de estresse energético, com enfoque no controle e redução das emissões de gás carbônico no longo prazo. Para acessar o relatório, clique [aqui](#).



Relatório de síntese sobre mudança climática 2014

IPCC – outubro 2014

Baseada em relatórios de três grupos de trabalho do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, sigla em inglês), a edição de 2014 do relatório-síntese apresenta informações relacionadas ao Artigo 2 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês). Entre as principais observações científicas do relatório, destaca-se a argumentação de que o período entre 1983 e 2012 foi o mais quente do hemisfério Norte nos últimos 1.400 anos. Além disso, a pesquisa do IPCC indica que a elevação combinada da temperatura das terras e dos oceanos chegou a 0,85°C entre 1880 e 2012. Ao apresentar os dados e as séries temporais, o relatório também comenta as causas das mudanças climáticas. Para acessar a publicação, clique [aqui](#).

EXPLORE O MUNDO DO COMÉRCIO E DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL POR MEIO DA REDE BRIDGES DO ICTSD

PUENTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na América Latina e no Caribe - Publicação em espanhol
www.ictsd.org/news/puentes

BIORES

Informações e análises sobre comércio e meio ambiente
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/biores

BRIDGES

Informações sobre comércio sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges

桥

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em chinês
www.ictsd.org/news/qiao

МОСТЫ

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países da CEI - Publicação em russo
www.ictsd.org/news/bridgesrussian

BRIDGES AFRICA

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na África - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges-africa

PASSERELLES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países francófonos da África - Publicação em francês
www.ictsd.org/news/passerelles



International Centre for Trade and Sustainable Development

Chemin de Balexert 7-9
1219 Geneva, Switzerland
+41-22-917-8492
www.ictsd.org

A produção de PONTES tem sido possível
graças ao apoio generoso de:

**DFID - Departamento do Reino Unido para
o Desenvolvimento Internacional**

**SIDA - Agência Sueca de Desenvolvimento
Internacional**

**DGIS - Ministério de Relações Exteriores
da Holanda**

**Ministério de Relações Exteriores da
Dinamarca**

**Ministério de Relações Exteriores da
Finlândia**

**Ministério de Relações Exteriores da
Noruega**

O PONTES também beneficia de
contribuições de especialistas na área
de comércio e desenvolvimento sustentável
na forma de artigos.

O PONTES recebe propostas de publicidade
ou de patrocínio que contribuam para a
redução de seus custos de publicação e que
ampliem o acesso aos seus leitores.
A aceitação de tais propostas fica a critério
dos editores.

As opiniões expressadas nos artigos
publicados no PONTES são exclusivamente
dos autores e não refletem necessariamente
as opiniões do ICTSD.



Creative Commons Attribution-
NonCommercial-NoDerivatives 4.0
International [License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

Preço: €10.00
ISSN 1996-9198

